



# Anais da Assembleia

Nº 009

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

ATA DA 07ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Iensen e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademir Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Dúlio Genari, Durval Anaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Osvaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Tadeu Lucio Machado e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Alceu Swarowski, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, José Arthur Ritti, José Tavares, Neivo Beraldin, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur e Rossoni (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 10/92

Senhor Presidente.

Na conformidade do disposto no art. 116, da Constituição Estadual, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de submeter à aprovação dessa augusta Assembleia Legislativa o nome do

Doutor Luiz Carlos Delazari para ocupar o cargo de Procurador Geral de Justiça.

Devo esclarecer que o escolhido figurou na lista tríplice de nomes indicados em eleição realizada em 24 do corrente mês, pelos integrantes do Ministério Público, na forma da Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990, cujo resultado está contido no anexo Ofício nº 0147/92, da PGJ.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício  
A Diretoria Legislativa.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
GABINETE Nº 0147

Curitiba, 24 de fevereiro de 1992.  
Senhor Governador.

Com a mais elevada honra e cumprindo o disposto no artigo 116 da Constituição do Estado do Paraná, e para os fins previstos nos artigos 6º e 7º da Lei Estadual nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990, encaminho a Vossa Excelência lista tríplice composta dos nomes dos eminentes Procuradores da Justiça, doutores LUIZ CHEMIM GUIMARÃES, LUIZ CARLOS DELAZARI e NILTON MARCOS CARIAS DE OLIVEIRA, escolhidos em eleição realizada na data de hoje por todos os integrantes do Ministério Público, conforme expediente, em anexo, oriundo da respectiva Comissão Eleitoral.

Outrossim, quero deixar consignado a Vossa Excelência, em nome do Ministério Público o reconhecimento pelo seu alto espírito democrático e de inequívoco respeito e prestigiamento a esta Instituição permanente e essencial a função jurisdicional do Estado.

Colho do ensejo para renovar os meus protestos da mais alta consideração e apreço.

(a) ANTERO DA SILVEIRA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 25 de fevereiro de 1992.  
Senhor Procurador Geral.

Tem este o fito de comunicar a Vossa Excelência, que nos termos da Resolução de nº 675/92 desta douta Procuradoria Geral de Justiça, em data de 24 de fevereiro do corrente ano, no auditório "Ary Florêncio Guimarães", na sede desta Instituição, foram realizados os trabalhos concernentes à formação da lista tríplice, visando a es-

colha do Procurador Geral de Justiça.

Informo-lhe outrossim que após o escrutínio, foram apurados 218 votos para o Procurador de Justiça, Doutor Luiz Chemim Guimarães, 209 votos para o Procurador de Justiça, Doutor Luiz Carlos Delazari, e 83 votos para o Procurador de Justiça, Doutor Nilton Marcos Carias de Oliveira; tendo sido constatado 01 voto em branco.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência minhas expressões de real apreço e distinta consideração.

(a) NADIR PROHMANN ARCOVERDE

Procurador de Justiça e

Presidente da Comissão Eleitoral

Ofícios:

OFICIO

Sob nº 066/92/DIPRE/TG, do Senhor Oswaldo Loureiro Filho, Diretor Superintendente da Fundação Teatro Guaíra, em resposta a pedido de informações, requerida pelo Deputado Florisvaldo Fier à Secretaria de Estado da Cultura, sobre o Quadro de Pessoal da Fundação Teatro Guaíra. Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OFICIO 004/92

Senhor Presidente.

Queremos informar à Mesa Diretora desta Casa de Leis que nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro estaremos participando do 3º Seminário dos Brasiguaios, em Hernandárias - Paraguay, conjuntamente com lideranças daquele País e representantes dos movimentos brasileiros ligados a luta no campo: Depto. Rural da CUT, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores e Deputados do RS, SC, PR e MS.

Aproveitamos para solicitar que esta Presidência tome as providências e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(a) OVIDIO CONSTANTINO

OFICIO Nº 240/92/GS

Senhor Presidente.

Solicitamos a necessária aquiescência de Vossa Excelência para que a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, presidida pelo Deputado Domingos Faustino de Carvalho, agende uma visita deste Secretário àquela Comissão para tratar de assuntos relacionados a medicamentos para a população paranaense.

No ensejo, apresentamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(a) NIZAN PEREIRA

Secretário de Estado

OFICIO Nº 1087/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar junto a Vossa Excelência, o meu não comparecimento à Sessão Ordinária no dia 27/02/92, em função de compromissos inadiáveis em minha Região.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 01, que determina o plebiscito no Distrito de TAMARANA, a ser desmembrado do Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(a) SEVERINO FELIX

Apoio: Orlando Pessuti

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER A MESA, ouvido o Plenário, sejam enviados fax às autoridades abaixo mencionadas, solicitando providências no sentido de que sejam regularizados, o mais rápido possível, os pagamentos das aposentadorias dos trabalhadores rurais do Paraná, bem como se agilizem os pedidos já formalizados para novas aposentadorias desses trabalhadores, conforme justifica:

- Ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Dr. Reinold Stephanes, em Brasília;
- Ao Presidente Nacional do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Dr. César Eugênio Gasparin, em Brasília;
- Ao Diretor Regional do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Dr. Paulo Ratki, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

Mais de 300 mil aposentadorias de trabalhadores rurais, em todo o País, foram suspensas por determinação da Presidência Nacional do INSS, sob a alegação de existência de possíveis fraudes e para fins de averiguações.

Se a medida em si é saneadora de possíveis irregularidades, de outro lado incorre em enorme injustiça social, atingin-

dão uma maioria de beneficiários que dependem dessa minguada aposentadoria para sobreviver.

Pois, a aposentadoria de trabalhadores rurais atinge uma população carente de recursos, os antigos "bóias-frias", e o pouco que recebem, corresponde a 01 (um) salário mínimo mensal, faz falta para a sua alimentação e de suas famílias, isto sem fazer alusão a outras necessidades, como vestuário, remédios e moradia.

A interrupção abrupta desses pagamentos, tem trazido o caos social para as famílias humildes, sem qualquer recurso pecuniário ao seu sustento.

Esta cena, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é cotidiana em Maringá e nas cidades vizinhas, e muitos são aqueles que nos procuram pedindo ajuda para solucionar essa questão, e mesmo para pedir auxílios em suas necessidades.

Os inocentes não podem pagar pelos trapaceiros, pelos lesadores do erário público. E grande parte dos que tiveram os benefícios de suas aposentadorias suspensos, são inocentes no caso.

Além desses, há os que têm feito suas inscrições para serem beneficiários da aposentadoria rural, nos termos do art. 48, da Lei Federal nº 8.213, de 24/07/91. Estão até hoje aguardando as tão esperadas "entrevistas" a serem feitas pelo pessoal do INSS, e nada tem acontecido nesse sentido. Alguma providência tem que ser tomada pelo órgão do INSS do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente do SERPRO - Serviço Nacional de Processamento de Dados, Senhor Hugo Dantas Pereira, em Brasília e ao Gerente da Unidade (FICUR) em Curitiba, Senhor Vilmar Moretão, solicitando a reintegração dos funcionários demitidos que, segundo informações, já são 9 no Paraná e 90 no Brasil. O que agravará ainda mais o quadro de desemprego proveniente do processo recessivo por que passa o País.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(aa) ERNANI PUDELL  
DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de pedido de informações ao Senhor Stênio Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando:

1. Qual o número total de ligações resi-

denciais no Estado;

2. Qual o número de consumidores por domicílio;

3. Qual o consumo médio mensal, em m3, por ligações residenciais;

4. Qual o número total de consumidores por faixa de consumo e qual o custo tarifário por faixa de consumo, mês a mês, nos últimos 12 (doze) meses;

5. Qual a arrecadação mensal da SANEPAR, discriminando:

- arrecadação das ligações residenciais;

- arrecadação das ligações industriais;

- arrecadação das ligações comerciais;

- arrecadação das ligações em órgãos públicos;

6. Quais os 100 (cem) maiores consumidores industriais e/ou comerciais do Estado e qual o custo tarifário pago pelos mesmos.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(a) DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT com a palavra - Declina.

PST com a palavra - Declina.

PFL com a palavra - Declina.

PRN com a palavra - Declina.

Independente com a palavra - Declina.

PMDB com a palavra - Declina.

PSDB com a palavra - Declina.

PTL com a palavra - Declina.

PT com a palavra - Declina.

PL com a palavra - Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1087/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua região. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 265/91, que dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77 de 25.06.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/91, de autoria dos Deputados DR. ROSINHA, ERNANI PUDELL e OVIDIO CONSTANTINO,

que dispõe sobre incentivos à instalação de indústrias de alimentos que fabriquem produtos pobres em proteínas, e dê outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, CF, CAIC e CSP, por unanimidade.

Sobre o projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, com apoioamento dos Senhores Deputados Geraldo Cartário, João Iensen e Paulo Maia, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENARIO,  
AO PROJETO DE LEI Nº 282/91

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, pelo período de 10 (dez) anos a contar do início de seu funcionamento, as indústrias de alimentos que fabricarem produtos pobres em proteínas destinadas ao consumo das pessoas portadoras de fenilcetonúria e homocistinúria.

§ 1º - Caso a indústria opere no fabrico de outros alimentos além dos descritos no caput deste artigo, a isenção será de:

I - 100% (cem por cento) para os produtos pobres em proteínas;

II - 5% (cinco por cento) para os demais produtos.

§ 2º - Os rótulos dos produtos beneficiados com a isenção descrita no inciso I do parágrafo anterior deverão estampar os conteúdos de fenilalanina e metionina.

Art. 2º - Até que venha a existir, em território brasileiro, indústria de alimentos pobres em proteínas, o Estado do Paraná importará e fornecerá gratuitamente alimentação própria aos portadores de fenilcetonúria e homocistinúria cujas famílias residam no Estado e procedam o respectivo cadastramento junto à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º - As remessas de pagamento relativas a importação dos produtos descritos nesta Lei feitas pelo Banco do Estado do Paraná S.A., mesmo que por importação feitas por particulares, serão isentas de qualquer taxa ou comissão.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoioamento: Geraldo Cartário, João Iensen, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A fenilcetonúria ou aligofrenia fenil-pínic é uma doença causada pela deficiência de uma enzima: a fenilalanina-hidroxilase no organismo humano. Como conse-

Curitiba, quinta, em 27.02.92

quência há um aumento de fenilalanina e de seus metabólicos nos tecidos, com eliminação urinária destes últimos.

Esta doença apresenta como marca principal nos pacientes a deficiência mental. A maioria apresenta um Q.I. inferior a 20.

A doença hoje é identificada na fase inicial da vida, ou seja, no recém-nascido, antes que se instale qualquer lesão neurológica.

Feito o diagnóstico, o tratamento consiste na utilização de dietas isentas de fenilalanina, logicamente, o mais precoce possível.

A homocistinúria, doença também causada por um erro de metabolismo tem como as alterações físicas. O tratamento consiste em dieta pobre ou isenta de metionina.

A fenilalanina e a metionina são proteínas. No Brasil não são industrializados alimentos pobres em proteínas, sendo importados para o tratamento destes pacientes às custas de um pesado ônus financeiro e incontáveis transtornos burocráticos.

Nosso projeto visa estimular a instalação deste tipo de indústria no nosso Estado. Além dos empregos novos que serão oferecidos ela é de grande utilidade social pelo número de pessoas que serão atendidas em todo o País.

Enquanto não houver instalação destas indústrias visando que todos os portadores tenham maior facilidade para o seu tratamento obrigando o Estado a importar estes alimentos e ao BANESTADO a não cobrar qualquer taxa ou comissão pela importação.

Em vista do relevante caráter social da matéria, contamos com o apoio unânime dos Senhores Deputados e a conseqüente aprovação do presente.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 576/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ventania. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 162 de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Protocolo nº 12152/91

Projeto de Lei nº 576/91

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ventania.

Autor: Deputado Dirceu Manfrinto

P A R E C E R

Propõe o autor que seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitária de Ventania - ASDECO, fundada em 01.07.89, com registro legal no CGCMF, cujos dirigentes não percebem qualquer remuneração.

Somos favoráveis à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Joaquim Vanhoni Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165 de 09.12.91)

JUSTIFICATIVA:

Joaquim Vanhoni Neto, filho do emérito Professor Vidal Vanhoni e de Dona Valéria de Souza Vanhoni, paranaense de Paranaguá, onde nasceu em 21 de setembro de 1956, casado, advogado, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Seus estudos secundários foram feitos em Curitiba e Paranaguá, onde granjeou respeito, admiração e o carinho de todos.

Na sua trajetória funcional junto a Caixa Econômica Federal, Joaquim Vanhoni Neto, em cada cargo que passou, buscou sempre valorizar de forma essencial o Estado do Paraná, onde com perseverança, e sem alardes conseguiu mostrar um trabalho organizado, e nesses anos todos vários benefícios foram recebidos.

Mercê de sua inteligência profunda, aliado a sua simplicidade como ser humano, conquistou em cada lugar que passou novos amigos, amigos que o estimam pela sua maneira eficiente de conduzir as coisas públicas, amigos que o admiram pela lealdade, pelo companheirismo de todas as horas, e também pela persistência na conquista das causas comuns em favor das comunidades das mais diferentes regiões do nosso Estado.

Valorizando sempre a instituição que o acolhe, Joaquim Vanhoni Neto, para cada novo servidor é considerado um exemplo de ascensão funcional, e por isso a Caixa Econômica Federal com ele torna-se mais acolhedora, angariando sempre novos clientes.

Na atualidade tem sido um dos homens públicos do Paraná que tem lutado com exclusividade para conseguir que o nosso Estado tenha o maior número possível de projetos habitacionais. Por todos esses méritos e trabalhos, Joaquim Vanhoni Neto, merece o título que ora propomos.

Estamos enviando um "Curriculum Vitae" completo do Doutor Joaquim Vanhoni Neto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 588/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, de auto-

ria do nobre Senhor Deputado Lourenço Fregonese, tem o objetivo de conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Joaquim Vanhoni Neto.

Procedido o exame da matéria, em seus aspectos constitucionais, legais e regimentais, constatamos que a iniciativa Legislativa está de acordo com os ditames da Legislação pertinente, sendo que nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual, estando a matéria em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, declara de Utilidade Pública a Associação de Bem Estar à Criança, com sede e foro no Município de Tomazina. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 166 de 10.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 593/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 593/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Bem Estar à Criança, com sede e foro no Município de Tomazina.

Da análise ao projeto, em razão do mesmo atender aos requisitos da Lei 6.994/73 e por não haver nenhum óbice de caráter regimental, legal ou constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça emite seu parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/91, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, declara de Utilidade Pública a Associação Social Evangélica Sharon Batel - ASESE, com sede e foro no Município de Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 166 de 10.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 594/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 594/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, tem como escopo declarar de Utilidade Pública a instituição denominada Assistência Social Evangélica Shalon Batel, com sede e foro no Município de Siqueira Campos.

Da análise ao projeto, em razão do mesmo estar em conformidade com a Lei nº 6.994/73 e por não haver nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça, emite seu parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Joaquim Távora. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 166 de 10.12.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 595/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 595/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Joaquim Távora.

Da análise do projeto, em razão do mesmo estar em conformidade com a Lei nº 6.994/73 e por não haver nenhum óbice de caráter regimental, legal ou constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça, emite seu parecer Favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 0108, de autoria dos Senhores Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 0107, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento nº 0112, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0111, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0103, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando trabalhos às Comissões nos dias 02 e 05 de março.

Marca ainda uma sessão para segunda-feira dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 271/86, 309, 576, 588, 593, 594 e 595/91

e dos Projetos de Resolução nºs 080 e 084/91.

Levanta-se a sessão.

#### Ato da Comissão de Processo Administrativo

##### EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicação do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE  
Presidente da Comissão